

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	10
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	11
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	22

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros.****Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e preço do algodão, têm nos ganhos da Companhia ou em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Risco do aumento do algodão**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado do algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais no custo da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente o mercado local e o mercado internacional, buscando antecipar-se ao movimento de preço. Adicionalmente a Companhia mantém estoque estratégico, visando equalizar custo e evitar a falta da matéria-prima e conseqüente prejuízo no processo industrial.

**Risco de moeda**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional. As moedas na quais estas transações são denominadas são dólar norte-americano, euro e franco suíço.

**Risco de taxa de juros**

A Companhia e sua controlada estão expostas a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos financeiros. Com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e sua controlada adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos majoritariamente atrelados ao CDI, para ajustá-los a valores próximos aos valores de mercado.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5. RISCOS DE MERCADO****5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos.**

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela administração. No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



### 5. RISCOS DE MERCADO

**5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos adotada.**

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



### 5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgados nos itens acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10 Comentários dos diretores****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia Industrial Cataguases (“CIC” ou “Companhia”) é uma indústria que atua no setor têxtil. Sua geração de caixa tem sido suficiente para cobrir suas despesas operacionais e suas dívidas. Ela investe constantemente na melhoria, manutenção e expansão da sua competitividade e capacidade produtiva. Para o financiamento destes investimentos, a CIC busca o apoio de bancos de fomento.

O ano de 2011 pode ser considerado um ano positivo para a Companhia Industrial Cataguases, mensurado tanto pelo forte desempenho operacional medido pelo EBITDA, quanto pela posição que passa a ocupar na indústria têxtil, consolidando-se como um dos principais fabricantes de tecidos finos para camiseria masculina e feminina no país.

No caso do Brasil, espera-se que o PIB apresente uma alta em torno de 3,5%. Produtos importados, que avançaram no mercado brasileiro em 2011 em diversos setores (têxtil, máquinas e equipamentos, veículos automotores, petroquímico), motivados pelos benefícios de ICMS concedidos em determinados portos (“portos incentivados”), pela apreciação cambial e pelo robusto consumo doméstico, deverão ter um desempenho mais moderado – espera-se que as recentes medidas adotadas pelo governo federal, como incentivo aos carros nacionais, linhas brancas, têxteis, etc; juntamente com uma solução para equilibrar a competitividade dos produtores locais em relação ao material importado fomentem o crescimento da indústria local. O aquecido mercado de trabalho e a contínua melhoria de renda das famílias deverão influenciar positivamente o desempenho da economia brasileira.

A empresa soube reagir de maneira adequada ao difícil cenário de crescimento dos custos da matéria prima, algodão e logrou êxito em reduzir os impactos negativos da crise de suprimento mundial do insumo. Da mesma forma a Companhia Industrial Cataguases demonstrou firme reação sobre os efeitos da desvalorização do dólar nas exportações, garantindo margens compatíveis com as metas traçadas no Orçamento.

O momento atual da Cataguases é de posicionamento estratégico pelo fortalecimento competitivo, prosseguindo com o plano de investimento na expansão, capacitação avançada de recursos humanos, e no lançamento de produtos e coleções, agregando valor aos seus acionistas e segurança aos seus credores.

Atualmente, a Companhia apresenta uma posição patrimonial e financeira confortável e não há fatos para acreditarmos que tal situação se altere de forma significativa em um curto espaço de tempo, exceto pela forte influência de aspectos macroeconômicos extraordinários ainda não conhecidos.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:****i. hipóteses de resgate****“ARTIGO 7º - (...)**

**Parágrafo único** – O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



*operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.”*

- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

De acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

- c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

**O endividamento líquido apresentou aumento de R\$ 4,533 mil em função de uma maior utilização de recursos próprios para os investimentos realizados no período bem como no financiamento aos nossos clientes, indutor de vendas no mercado interno.**

Nos último 3 anos o índice de cobertura da dívida líquida foi:

Indicador	2009	2010	2011
<b>EBITDA</b>	1,31	2,31	2,78

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes é o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES****CONTRATOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS RELEVANTES**

A tabela abaixo apresenta os contratos e empréstimo e financiamento mais relevantes:

Fonte	Assinatura	Finalidade	Juros	Vencimento	Saldo da Dívida (R\$ mil)				
					2007	2008	2009	2010	2011
ABN AMRO REAL	29/10/2008	ALGODÃO	6,75% aa	26/06/2009	-	3.614	-	-	-
BBM	05/09/2008	CAP GIRO	CDI + 0,4% ao mês	05/08/2011	-	2.566	-	-	-
BDMG	15/06/2010	IMOBILIZADO	4,5% aa	15/06/2020	-	-	-	75	74
BNDES	08/03/2007	IMOBILIZADO	TJLP + 5,5% aa	15/03/2010	4.045	3.030	1.452	-	-
BNDES	08/05/2008	SISTEMAS	TJLP + 4,8% aa	15/04/2010	-	819	214	-	-
BNDES	20/10/2006	SISTEMAS	TJLP + 4,8% aa	15/11/2009	3.319	1.906	-	-	-
BNDES	09/06/2008	CAP GIRO	TJLP + 4,8% aa	15/05/2010	2.331	2.348	561	-	-
BNDES	30/09/2010	CAP GIRO	7% aa	15/12/2011	-	-	-	16.544	-
BRADESCO	13/07/2007	CAP GIRO	LIBOR + 0,5% aa	20/07/2011	5.832	5.958	4.481	2.936	-
BRADESCO	31/07/2009	ALGODÃO	6,75% aa	26/03/2010	-	-	798	-	-
BRADESCO	19/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	16/06/2010	-	-	313	-	-
BRADESCO	17/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	15/07/2010	-	-	1.334	-	-
BRADESCO	11/11/2008	ALGODÃO	6,75% aa	10/05/2009	-	942	-	-	-
BRADESCO	15/08/2008	ALGODÃO	6,75% aa	10/04/2009	-	329	-	-	-
BRADESCO	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	11/08/2010	-	-	482	-	-
BRASIL	08/02/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	10/04/2009	2.852	929	-	-	-
BRASIL	31/07/2008	IMOBILIZADO	EURO + 6,01% aa	22/11/2011	1.522	5.079	3.770	2.485	-
BRASIL	31/03/2010	CAP GIRO	TR + 10,942% aa	25/05/2011	-	-	-	2.100	-
BRASIL	28/08/2009	CAP GIRO	VC + 2,15% aa	24/02/2010	-	-	1.943	-	-
BRASIL	30/10/2009	CAP GIRO	TR + 9,93% aa	20/10/2011	-	-	7.134	6.000	-
BRASIL	21/09/2007	CAP GIRO	TJLP + 2,53% aa	22/12/2008	4.620	-	-	-	-
BRASIL	25/03/2009	CAP GIRO	LIBOR + 7,5% aa	27/03/2012	-	-	3.063	1.840	651
BRASIL	28/07/2010	CAP GIRO	11,25% aa	15/06/2012	-	-	-	4.616	-
BRASIL	01/06/2007	CAP GIRO	11,12% aa	11/06/2008	754	-	-	-	-
BRASIL-NCI-FAT	21/09/2007	CAP GIRO	TJLP + 2,53% aa	21/08/2009	-	1.732	-	-	-
DIBENS	28/04/2008	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	28/03/2011	-	68	13	-	-
HSBC	26/09/2008	ALGODÃO	6,75% aa	22/05/2009	-	1.090	-	-	-
HSBC	20/10/2007	ALGODÃO	6,75% aa	17/04/2008	249	-	-	-	-
HSBC	11/11/2007	ALGODÃO	6,75% aa	09/05/2008	1.463	-	-	-	-
HSBC	26/09/2009	CAP GIRO	DÓLAR + 6,7% aa	04/06/2012	-	-	3.482	2.222	834
HSBC	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	-	-	1.728	-
HSBC	30/06/2007	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	30/06/2012	-	158	28	-	-
ITAU	26/03/2007	CAP GIRO	103,80% do CDI	17/03/2010	2.280	1.742	884	-	-
ITAU	10/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/04/2010	-	-	1.220	-	-
ITAU	20/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	-	-	804	-	-
ITAU	23/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/06/2010	-	-	600	-	-
ITAU	29/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	25/06/2010	-	-	589	-	-
ITAU	21/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/08/2010	-	-	759	-	-
ITAU	24/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/07/2010	-	-	253	-	-
ITAU	09/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/05/2010	-	-	529	-	-
ITAU	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	12/08/2010	-	-	1.154	-	-
ITAU	21/08/2008	ALGODÃO	6,75% aa	17/04/2009	-	902	-	-	-
ITAU	21/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	-	-	785	-	-
ITAU	15/10/2010	ALGODÃO	6,75% aa	13/04/2011	-	-	-	4.676	-
ITAU	12/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 1,55% aa	20/01/2012	3.266	3.316	1.853	1.088	378
ITAU	28/03/2010	CAP GIRO	VC + 3,70% aa	21/03/2011	-	-	-	1.714	-
ITAU	23/04/2010	CAP GIRO	LIBOR 4,4% aa	30/03/2015	-	-	-	5.070	5.679
ITAUTEC	13/04/2007	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	06/01/2012	-	239	226	77	16
SANTANDER	07/11/2010	ALGODÃO	6,75% aa	06/05/2011	-	-	-	2.786	-
SANTANDER	01/07/2010	CAP GIRO	LIBOR + 4,25% aa	16/06/2015	-	-	-	5.068	5.689
SANTANDER	05/04/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	25/03/2009	-	473	-	-	-
SANTANDER	05/04/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	10/09/2008	1.455	-	-	-	-
SANTANDER	16/05/2008	ALGODÃO	6,75% aa	12/11/2008	1.516	-	-	-	-
SANTANDER	18/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	14/05/2010	-	-	567	-	-
SANTANDER	25/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	22/04/2010	-	-	312	-	-
UNIBANCO	03/10/2007	ALGODÃO	6,75% aa	31/03/2008	1.745	-	-	-	-
UNIBANCO	07/01/2008	CAP GIRO	8,50% aa	17/01/2011	-	9.441	7.238	559	-
UNIBANCO	12/03/2008	IMOBILIZADO	7,00% aa	15/03/2016	-	6.992	6.272	5.905	4.507
UNIBANCO	09/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 2,08% aa	19/01/2012	4.494	4.981	2.933	1.477	544
VOTORANTIM	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	-	-	840	-
BRASIL	22/02/2007	IMOBILIZADO	EURO + 1% aa	22/06/2012	4.768	4.623	2.614	1.456	473
BRASIL	28/09/2010	IMOBILIZADO	EURO + 3,45% aa	05/08/2016	-	-	-	1.640	3.259
BRASIL	26/05/2011	IMOBILIZADO	LIBOR + 3% aa	09/09/2016	-	-	-	-	1.302
HSBC	07/01/2011	IMOBILIZADO	VC + 3,05% aa	14/12/2015	-	-	-	-	570
SANTANDER	28/04/2011	IMOBILIZADO	LIBOR + 4,25% aa	20/04/2012	-	-	-	-	789
HSBC	27/05/2011	IMOBILIZADO	VC + 3,05% aa	21/05/2016	-	-	-	-	2.296
ITAU	30/08/2011	ALGODÃO	6,75% aa	06/06/2012	-	-	-	-	4.740
BRADESCO	28/12/2011	ALGODÃO	6,75% aa	18/08/2012	-	-	-	-	1.104
BRASIL	29/12/2011	ALGODÃO	6,75% aa	18/08/2012	-	-	-	-	1.157
HSBC	22/11/2011	ALGODÃO	6,75% aa	06/07/2012	-	-	-	-	1.781
SANTANDER	23/12/2011	EXIM	9% aa	17/06/2013	-	-	-	-	6.012
BRADESCO	25/11/2011	EXIM	9% aa	15/05/2013	-	-	-	-	5.140
BRASIL	26/01/2011	CAP GIRO	IRP + 11,445% aa	26/12/2012	-	-	-	-	1.958
BRASIL	14/03/2011	CAP GIRO	IRP + 12,264% aa	14/02/2013	-	-	-	-	2.223
BRASIL	11/05/2011	CAP GIRO	IRP + 12,291% aa	29/04/2013	-	-	-	-	1.304
SANTANDER	16/02/2011	CAP GIRO	LIBOR + 5% aa	15/01/2016	-	-	-	-	4.705
HSBC	14/02/2011	CAP GIRO	LIBOR + 4,5% aa	18/02/2016	-	-	-	-	4.779
SANTANDER	29/03/2011	CAP GIRO	LIBOR + 5,1% aa	25/02/2016	-	-	-	-	5.868
HSBC	26/05/2011	CAP GIRO	LIBOR + 4,8% aa	26/04/2016	-	-	-	-	5.095
BRASIL	14/07/2011	CAP GIRO	VC + 2,42% aa	06/07/2012	-	-	-	-	1.897
VOTORANTIM	21/06/2011	CAP GIRO	TJLP + 5,00% aa	15/02/2014	-	-	-	-	2.332



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras como contratos de conta corrente e transferência bancária e contratos de prestação de garantias, etc.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

- iv. **comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

A Companhia possui somente um contrato de empréstimo com as seguintes cláusulas restritivas

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

**A Companhia possui somente um contrato de empréstimo com as seguintes cláusulas restritivas:**

**- Dívida líquida/EBITDA será menor ou igual a 2,5, onde a dívida líquida é o total dos empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalente de caixa; e EBITDA é o lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações e efeitos da Lei 11.638/07.**

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

**Ativo Circulante – Aumento na ordem de 7,36%, em decorrência de:**

Contas a Receber de clientes: Saldo a receber referente a venda do imóvel localizado na Av. Manoel Inácio Peixoto 96, efetuada pela controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

**Ativo Não Circulante – Aumento na ordem de 11,17% em decorrência de:**

Imobilizado: Aquisição de máquinas e equipamentos para atualização e melhoria do parque industrial

**Passivo Circulante – Redução da ordem de 33,62%, em decorrência de:**

**Empréstimos e financiamentos: Liquidação de financiamento em 2011.**

**Passivo Não Circulante - Aumento da ordem de 99,9%, em decorrência basicamente de:**

Empréstimos e financiamentos: Aumento de financiamento principalmente para capital de giro

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.2 Os diretores devem comentar****a.** resultados das operações do emissor, em especial:**i.** descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de tecidos 100% algodão.

**ii.** fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O custo dos produtos vendidos cresceu 9,53% passando de R\$ 148.463 mil em 2010 para R\$ 162.614 mil em 2011, crescimento este menor que o verificado na Receita Líquida, o que permitiu, não só, que o valor absoluto do Lucro Bruto fosse maior do que no ano anterior (R\$ 50.152 mil contra R\$ 43.131 mil), mas também que houvesse elevação na margem bruta. Esta última havia sido de 22,51% em 2010 e foi de 23,57% em 2011.

**b.** variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida alcançou R\$212.766 mil em 2011 (R\$191.594 mil em 2010), apresentando um acréscimo de 11,05%. Este crescimento deu-se principalmente pelo desempenho dos preços praticados no mercado interno e externo.

**c.** impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado financeiro líquido em 2011 totalizou R\$ 3.169 mil, contra R\$ 8.484 mil em 2010, a redução de 62,65% está diretamente relacionada com variação cambial líquida negativa que representou em 2011 R\$ 4.340 mil (R\$ 961 variação cambial líquida positiva em 2010).

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a.** introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2011.

- b.** constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício de 2011.

- c.** eventos ou operações não usuais

Em 2011, acontrolada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. alienou o imóvel de sua sede o que gerou um resultado positivo por equivalência na Companhia no montante de R\$ 6.990mil.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.4 Os Diretores devem comentar sobre:****a.** As mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis no ano de 2011.

**a.** Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis no ano de 2011.

**c.** As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não há ressalvas, limitações de escopo ou mesmo parágrafos de ênfase no parecer auditor independente.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

*1. Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

*2. Instrumentos financeiros**Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

*Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*Capital Social*

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**Ações preferenciais**

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo

**3. Imobilizado*****Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 efetuada no BR GAAP.

A Companhia optou por valorizar alguns dos seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que o custo histórico deduzido não representa a melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução do valor recuperável quando requerido e por não apresentar os seus valores de aquisição de maneira consistente aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado

***Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

*Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<b>Vida útil (em anos)</b>	<b>Taxa de depreciação em 2011 e 2010</b>
Edificações	18,2	5,5%
Máquinas e equipamentos	11,1	9%
Instalações	11,1	9%
Móveis e utensílios	10 e 5	10 e 20%
Veículos	5	20%
Intangível	5	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

*4. Redução ao Valor Recuperável (Impairment)**Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 01 de janeiro de 2009.

*Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

*5. Benefícios a empregados - Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

*6. Provisões para contingências*

A Companhia e sua controlada são parte (pólo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas juntos aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos.

	Consolidado e controladora							
	31/12/2009	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2010	Adição	Baixa	Atualização
Trabalhista	30	-	(20)	-	10	-	-	-
Tributária	4.508	-	-	-	4.508	2.933	-	-
Cível	21.765	5.097	(16.806)	117	10.173	2.964	(6.823)	143
Outras	113	-	-	-	113	2.254	(80)	-
	<b>26.416</b>	<b>5.097</b>	<b>(16.826)</b>	<b>117</b>	<b>14.804</b>	<b>8.151</b>	<b>(6.903)</b>	<b>143</b>
Depósitos judiciais	(22.735)	(932)	16.819	-	(11.475)	(932)	7.064	-
	<b>3.681</b>	<b>4.165</b>	<b>(7)</b>	<b>117</b>	<b>3.329</b>	<b>7.219</b>	<b>161</b>	<b>10.852</b>

Do montante líquido de contingências destacamos os principais processos:

a. *Tributárias:*

- **ICMS – Tarifa do Uso da Rede do Sistema Nacional de Energia Elétrica (“TUSD”) - MG -** Refere-se à discussão judicial sobre a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão constituída monta a R\$3.916 (R\$3.916 em 31 de dezembro de 2009). Os depósitos judiciais efetuados no âmbito desse processo montam em R\$3.916 nas mesmas datas base.

Conforme descrito na Nota explicativa 10a em 30 de novembro de 2011 a Companhia protocolou requerimento relativo a “Utilização do referido crédito acumulado para pagamento de crédito tributário relativo ao ICMS (TUSD)” e solicitando a liberação do depósito judicial no mesmo montante (valor não atualizado) a seu favor, referente a lide. Em 02 de dezembro de 2011 a Procuradoria da Dívida Ativa do Estado de Minas Gerais deferiu o requerimento restando apenas as formalizações legais para conclusão do acordo.

- **Encargo de Capacidade Emergencial (“ECE”) –** Refere-se à discussão judicial sobre a inconstitucionalidade e ilegalidade da ECE e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial (“EAE”), em virtude da existência de vícios técnicos quando da instituição dessas exações. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão constituída monta a R\$2.338 (R\$ 2.197 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$335.
- **Auto de Infração INSS –** refere-se à discussão sobre suposta irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

crédito corporativo e vínculo empregatício no valor aproximado de R\$3.000. A autuação ocorreu em 01 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou defesa em 29 de dezembro de 2010, os patronos dos autos consideram o êxito do mesmo como possível, a discussão encontra-se em esfera administrativa.

*b. Cível:*

- (i) Discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica – Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. O saldo remanescente dessa discussão legal é de R\$44.367 (R\$43.398 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$23.648, tendo sido levantado pela parte contrária, R\$ 17.197 em 30 de junho de 2010 e R\$ 6.451 em 22 de junho de 2011.

Os advogados que respondem pela Companhia emitiram parecer de perda remota.

A diferença entre os valores efetivamente depositados e o valor cobrado em documento fiscal foi de R\$ 20.719. Considerando o andamento do processo a Companhia, com base no parecer de seus assessores jurídicos, provisionou adicionalmente o montante de R\$ 4.043 em 2011.

- (ii) Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de forma irrazoável no valor de R\$ 2.300 em setembro de 2011, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS, não sendo a Companhia devedora do Estado de qualquer valor referente ao tributo.

Os advogados que respondem pela Companhia emitiram parecer de perda possível.

*7. Informação por segmento*

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia vem promovendo um fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos, para tanto foi contratada a empresa Terco Grant Thornton para elaboração de um projeto de gestão de riscos e metodologia de revisão de controles internos buscando estruturar a coordenação interna e equipe para acompanhar e absorver a metodologia de gestão de riscos.

- b. comentários sobre as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações de materialidade não relevante para o valor e capacidade de pagamento da companhia e está sendo acompanhado pela administração.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.7. Comentários sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :**

- a.** comentários sobre como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia

- b.** comentários sobre desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

- c.** comentários sobre tais desvios

Não se aplica.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.8 Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a. Comentários sobre ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
  - i. Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
  - i. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
  - ii. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iii. Comentários sobre contratos de construção não terminada
  - iv. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia, em 31 de dezembro de 2011, não possui ativos e/ou passivos que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

- b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.9. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8 :**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

- b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.